



DOMINGO - 27 DE SETEMBRO DE 1992

# Economia

*Brasil*

O ESTADO DE S. PAULO - 1

& NEGÓCIOS

# Recuperar salário é base para novo pacto

*Trabalhadores, empresários e parlamentares articulam proposta para retomada do crescimento econômico no governo de Itamar Franco*

FERNANDO PESCIOTTA



Empresários, sindicalistas e parlamentares já articulam uma nova política salarial a ser adotada pelo provável governo do presidente Itamar Franco. A idéia é estabelecer normas que evitem as constantes perdas impostas pela lei atual e proporcionar ganho de renda aos trabalhadores para estimular o consumo. Eles lembram que a política de arrocho como mecanismo antiinflacionário não deu resultados e a recessão precisará ceder espaços para a retomada das vendas.

A proposta que mais agrada à to-

dos os envolvidos na questão é a prefixação de preços e salários. Isso permitiria, na visão de alguns deles, definir metas a serem seguidas, com respaldo de um amplo acordo nacional envolvendo governo, trabalhadores e empresários. O diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Sérgio Mendonça, ressalva que a prefixação seria mais um item dentro do quadro de questões complexas que compõem as negociações.

O diretor do Dieese acha que as negociações, nas câmaras setoriais, serviriam para "começar a derrubar a inflação, que depende de centenas de outros aspectos". Ele manifesta, ainda, a preocupa-

ção com as perdas salariais acumuladas até agora. "Não podemos nos iludir, achando que esta seria a solução total, pois precisamos definir uma política de renda que coordene com as expectativas de inflação", afirma.

**Rendimentos baixos** — Pesquisa feita pelo Dieese, em convênio com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Econômicos (Seade), mostra que os rendimentos dos assalariados estão atingindo os menores índices desde 1985, quando o estudo começou a ser feito. "Este ano, a queda é sistemática", informa Mendonça.

O coordenador do Grupo 19 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos

Eduardo Uchôa Fagundes, responsável pela negociação salarial com cerca de 700 mil metalúrgicos, também acha que será preciso fazer mudanças mais profundas. Entre elas, as reformas fiscal, tributária e administrativa. Uchôa defende, como norma geral dos salários, a livre negociação. "A prefixação entraria como tática de curtíssimo prazo", explica.

**Negociação** — Autor do projeto de lei nº 2.146, que altera a lei salarial, o deputado Paulo Paim (PT-RS) é um antigo defensor da prefixação e concorda que "este seria o momento ideal" para sua adoção. "Temos a intenção de negociar uma nova política salarial com o Itamar", revela. "A prefixação só

pode dar certo com amplo entendimento nacional."

Para o coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Helio Mattar, com o governo do presidente Fernando Collor "não havia negociação". Agora, acrescenta, "parece que a sociedade civil será chamada para discutir a união nacional, o que é muito positivo."

O empresário concorda com a negociação de metas prefixadas, mas com "responsabilidade dos agentes e explicações claras nas câmaras setoriais dos motivos que possam levar a um eventual descumprimento das metas por uma das partes".

■ Mais informações na página 3